This interview is with an official of the Núcleo de Direitos Humanos (Human Rights Group) of the Defensoria Pública do Pará (Public Defender’s Office of the State of Pará). The institutional mission of the Defensoria Pública is to provide free legal assistance to those who need it, with the aim of generating reconciliation and protecting human rights. In Pará, the office works mainly for the indigenous population around issues of land and identity.

The interview was carried out by Renata Braga in 2017.

**Parte 1**

**RENATA:**

Vamos começar falando do processo de cotas?

**XXXX:**

De cotas? Vamos.

**RENATA:**

Me falaram que desse daí você sabe um monte de coisas.

**XXXX:**

Bom, em 2014, deixa eu só ver aqui [...]

Em 2014, teve um Defensor que apresentou no Conselho Superior a proposta de implementação da Política de Cotas na Defensoria Pública do Estado. E o que que aconteceu? Essa proposta foi apresentada, o conselho entendeu que haveria de acontecer uma audiência pública para se discutir, que teria que ter todo um processo de debate, então, para se amadurecer a ideia. Então ficou proposto isso, só que o processo foi meio que engavetado.

**RENATA:**

Por que?

**XXXX:**

Por quem?

**RENATA:**

Por que?

**XXXX:**

Bom, por quem eu não tenho propriedade para te dizer por quem. Mas o porquê é aquela história que eu te falei aquele dia: tratar sobre racismo e principalmente institucional, não é um debate voluntário, é um debate provocado. Se não tiver alguém que faça essa provocação... Isso também acontece, inclusive, dentro do, no caso, dos setores de Legislação, que é o caso do Conselho Superior.

Quando a Dra Juliana assumiu no NDH, e o Dr Johnny veio junto com ela, eles buscaram reaver esse processo. Isso em 2016. Dois anos depois que a proposta tinha sido apresentada. Nada tinha, nada do que foi encaminhado, que era fazer a audiência pública, solicitar os pareceres, que era escutar as pessoas que tinham propriedade, se apropriar das políticas, se apropriar da possibilidade jurídica ou não da Defensoria implementar… Esgotar todas as nuances que tivessem relacionadas à política afirmativa, e nada foi encaminhado. Quando a Dr Juliana e o Dr Johnny assumiram o núcleo, aí eles… a pasta do processo chegou no núcleo. E foi aí que ele perguntou se eu queria contribuir com ele nesse processo. E eu com certeza, não é?

**RENATA:**

Mas você não estava no Núcleo ainda?

**XXXX:**

Eu estava no Núcleo, mas quando a Dra Juliana chegou, eu estava com a Dra Felícia. Aí eu fui deslocada para a Dra...

**RENATA:**

Que é a que trabalha?

**XXXX:**

Que é a que está aqui, mas ela fica mais no NA… Ela fica cuidando do NA… De manhã ela tem audiência do NA. É o Núcleo de Atendimento ao Agressor.

Entendeu? Ele tem direito à justiça, não é? Então ela faz, e ela faz algum outro atendimento. Ela faz atendimento à popoulação LGBT e tudo mais. Mas era com ela que eu trabalhava antes. Aì foi por conta das cotas que eu fui deslocada para trabalhar com ele, porque ela ia exigir uma atenção muito grande. E, quando ela veio para gente, que aí a gente viu quais encaminhamentos eram para fazer, a gente cuidou desse processo. Então, inicialmente, é.. Eu fiz um levantamento, não é, de instituições que proprunham o debate. Então eu fui buscar é.. associação de Quilombos, associações, grupos, movimentos afro, dentro das universidades, fora das Universidades. Sociedade Civil organizada como um todo, dentro das igrejas e instituições, como por exemplo a Cáritas, a Pastoral Afro.... E aí eu consegui fazer uma lista de 197 pessoas em todo o Estado do Pará. Aí, depois que a gente fez essa lista, aí a gente marcou a data da audiência, e aí a gente marcou a primeira reunião. Que foi, se eu não me engano, em junho, deixa eu confirmar. Foi em junho do ano passado. Junho, julho. Deixa só eu confirmar aqui.

[...]

Foi, se eu não me engano, no início de julho foi a primeira reunião que a gente mobilizou algumas instituições, que tinham a capilaridade na articulação maior, para poder discutir como a gente faria essa audiência pública, quem a gente poderia convidar. Embora que, em um dos encaminhamentos, já tinham algumas indicações de nome, quando foi feito lá em 2014. Mas aí precisava atualizar, umas pessoas já não estava dentro do debate, outras pessoas seriam mais difícil, de fora do Estado e tudo mais. E aí, na primeira reunião se eu não me engano, vieram 12 instituições, não é?

**RENATA:**

Todas do Pará?

**XXXX:**

Todas do Pará. É… para dialogar um pouco sobre qual era a intenção da audiência, a importância, tudo mais, o porquê que ela ia acontecer, o que que se esperava inclusive dessas instituições. Aì, depois dessa reunião, foram feitas duas reuniões antes da audiência pública, não é, e a audiência teve quase 100 pessoas, não é. Foi na Assembléia Legislativa, então foi em um local muito interessante...

**RENATA:**

Tinham muitos vereadores?

**XXXX:**

Não tinham muitos vereadores, mas tinha. Foi na Assembleia Legislativa, na verdade, dos Deputados, entendeu? Tinha um deputado, tinha representação de vereador, não, teve vereadora também. É, teve Vereador, teve Deputado, a Sociedade Civil muito bem representada, mas também tinha,... por exemplo, a Funai estava presente, deixa eu só confirmar aqui…

Teve muita, uma representatividade muito boa.

**RENATA:**

E vocês divulgaram como?

**XXXX:**

Oh, a Associação… Qual foi a divulgação? A gente… lembra que eu te falei que eu fiz uma lista de acho 197? Inicial. Sò que eu consegui agregar outros nomes. A gente fez, a gente encaminhou email para todas essas pessoas. Além do email, a gente publicou o edital, a gente postou nas redes sociais. A defensoria Pública tem a sua Assessoria de Comunicação, então foram feitas várias matérias, na verdade, pré-audiência, pré evento, para poder fazer essa mobilização. Então foram utilizadas as redes sociais, foi utilizada a página da Assessoria, foi utilizado por email, whatsapp, facebook. É sim, tudo. Todos os mecanismos de comunicação a gente usou para esse processo de mobilização. Porque, se você não esgotar, se você não tentar utilizar todos os meios, difícil você conseguir um público grande. De meio de semana, de manhã, que é o horário do pessoal trabalhar e tudo mais para poder ir. Então, por exemplo, quem … o Fernandes José Sampaio, defensor público representante da associação dos defensores públicos do Estado, ele se fez presente, isso compondo a mesa para discutir. A Nilma Bentes que é o Centro de Estudos dos Negros e Negras do Pará, o Carlos Galiza que é representante das Associações das Comunidades remanescentes quilombolas do Estado do Pará. A CEAD, que é a secretaria de administração do Estado. É… o Senai. A funai, na verdade. o Juscelino Veça que estava presente. Dom Perra, que é do Coletivo Casa Preta, que é um grupo informal que discute, que tem uma série de projetos, através da negritude e tudo mais. É… O Walter Augusto, o Dr Walter Augusto Barreto que é o membro do Conselho Superior que é onde o processo estava tramitando para a sua aprovação ou não. É… quem mais? a Marino Brito, como eu falei, ela é vereadora do.. e ela é da Comissão dos Direitos Humanos da Câmara dos Vereadores de Belém. É, a Senhora Oneide Rodrigues, que é uma mametu, ela é uma liderança afro religiosa muito conhecida aqui no Estado. O Marco Apolo, que é Presidente da Sociedade Paraense dos Direitos Humanos aqui do Pará, também estava presente. Pointembé, representante da FEPIPA, que é a Federação dos Povos Indígenas do Pará, não é? Deixa eu ver quem mais.

A Rede Mulheres Negras esteve presente, que foi uma advogada, inclusive, a Darla.

**RENATA:**

Você já conhecia essas pessoas, assim, do movimento, da Sociedade Civil?

**XXXX:**

Algumas eu enxergava. Algumas eu enxergava, por exemplo, a da SDH eu enxergava, porque eu já tinha participado de outros eventos com a PROVITA, que é … proteção a testemunhas.

A Darla, que é essa advogada, eu já havia conhecido. A Coi, eu tinha conhecido ela aqui. Entendeu? Ah, Biane Sanches, que é da Secretaria de Direitos Humanos do Estado do Pará, que ela era da gerência… Ela era… Porque tem duas gerências, não é? E uma das gerências dessa Secretaria, é a gerência das Igualdade Racial. Então, ela também se fez presente. Deixa eu ver se tem mais alguém aqui...

**RENATA:**

A Zélia?

**XXXX:**

A Zélia Amador, sim! Ela esteve presente. Mas ela não compôs a mesa. Ela preferiu ficar como sociedade civil, sem compor a mesa, mas ela fez a proposição no momento de fala. Ela e a Nilma Bentes fizeram esse trocadilho. Uma ia representar a instituição, e a outra ia fazer esse momento de fala. O Assunção Amaral, que é um grupo de estudos da universidade Federal do Pará. Manuel Agostinho da unegro, que é a união de negros e negras do estado do Pará. É… Como eu falei a Darla Mariana, que é da Rede de Mulheres Negras. Jair Santos, que é da rede LGBT. Então, assim, teve uma representação muito boa, não é?

**RENATA:**

Legal. Foi boa a discussão?

**XXXX:**

Sim! Inclusive, tem como a gente conseguir a Audiência Pública porque foi postada no Youtube, entendeu? Então eu acho que tem como a gente resgatar o link, e eu te passar. Foi toda gravada, entendeu? E, assim, com eu te falei, foram quase 100 pessoas. E aí o processo de mobilização foi esse não é? A gente sentiu um pouco de dificuldade no processo de mobilização, porque é um público muito específico que tem interesse em discutir sobre isso, não é? Não é um interesse da sociedade como um todo. E estar junto nesse processo, estar junto com a mobilização a gente construiu o edital, não é. E no edital, a gente já colocou que subsidiava, que é justamente esse relatório desse processo inicial. Aí, as atas das reuniões que a gente já tinha feito, alguns pareceres que a gente já tinha recebido. A gente também convidou gente de fora. Por exemplo, o… como é o nome dele? Aquele do Projeto… do Rio de Janeiro? Que era o cursinho popular para… Ai, meu Deus, como é que era o nome dele?

**RENATA:**

Do Rio?

**XXXX:**

Do Rio. … Educafro! A gente convidou o Frei Davi, só que aí como a Instituição não tinha condição de arcar com os deslocamentos, não deu para ele vir. Mas ele se propôs, inclusive ele mandou um parecer, mandou um material para subsidiar o relatório.

**RENATA:**

E depois da audiência Pública…?

**XXXX:**

Aí, junto com o edital sobre a divulgação da Audiência Pública, a gente solicitou pareceres. Das Instituições. Até dia 18 de Novembro. Foi. Até dia 18 de novembro de 2016 a gente pediu que as pessoas encaminhassem, e que as instituições encaminhassem. Nós recebemos cerca de, se eu não em engano, foram 8 ou 9 pareceres que a gente recebeu. Todos favoráveis a implementação das cotas. Então, a SDH... A SDH, o CM, o Reata, que é a rede de afro religiosos, a Diocese de Ponta de Pedras, não é, que é um bispo negro que discute um pouco esse debate também. Reata, Diocese, SDH, CEDEMPA, a… A gerência de Igualdade Racial da Secretaria de Direitos Humanos também mandou. É...

**RENATA:**E na audiência, teve alguém que se manifestou de forma contrária?

**XXXX:**

Não. Teve alguns pontos que foram levantados que, assim, é preciso que a UEPA, no Estado, não tem políticas de Cotas Raciais. A políticas de Cotas é sócio econômica. Então, foi levantado esse debate. A pessoa que estava representando a Secretaria de Administração é… ela se mostrou uma pessoa, assim, muito... Ela colocou que ela não tinha analisado todos os ângulos e pontos de vista dessa questão, e era um debate que ela iria levar para o Governo do Estado. Porque o Governo do Estado, como um todo, não tem essa política de cotas. Apesar de ter um artigo, não é, que falar sobre a possibilidade de políticas de cotas estadual, No Pará não tem. E quando foi apresentada a proposta de cota no Pará, em 2008, o governo na época não aprovou a política de cotas porque ainda estava… Não. No governo do estado como um todo. Porque se fosse aprovada a lei, se a lei fosse aprovada, aí todos os órgãos estaduais… A lei foi vetada quando chegou para o Governo porque o Governo foi orientado, o governador da época, foi orientado de que era inconstitucional. E ainda não tinha havido um debate sobre… Ainda estava no debate sobre a constitucionalidade ou não das políticas de cotas. Aí ele optou pelo veto, não é?

Apesar de ter, um artigo na Constituição Estadual que possibilita a política de Cotas. Bom, e aí, depois disso a gente recebeu esses pareceres, depois dos pareceres, aí a gente começou a construir os relatórios sobre todo esse processo de conversação, de reunião, de visitação, de escuta, não é. Aí, quando a gente concluiu o relatório, o relatório foi apresentado para o Conselho Superior. Aí fui eu e o Dr Johnny, que estava participando do relatório, entendeu? E… aí em novembro, em junho, em junho, início de junho, foi implementado.

**RENATA:**

Desse ano? (2017)

**XXXX:**

Desse ano.

Então, assim, a proposta foi apresentada em 2014, de 2014 até 2016 essa proposta ficou parada. De junho de 2016 a junho de 2017, em um ano, todos os encaminhamentos que tinham sido pedidos no ano de 2014, foram atendidos com um grau de qualidade muito bom, pela questão que eu te falei, pela questão da quantidade de pessoas, pela questão do debate, pela questão de tudo ma Mas ainda está… eu vou verificar se entrou em pauta mas eu acho que ainda não entrou.

**RENATA:**

Aí, vocês mandaram o relatório para o Conselho Superior em junho...

**XXXX:**

Isso. O processo, como um todo, deu quase .. Deu umas 800 páginas. Porque, por exemplo, entre esse período de mobilização, até a juntar os pareceres em novembro, as pessoas, por exemplo a Zélia, mandou uma tese dela para o processo. O Frei Berto mandou um documentos, a gente juntou bastante documentos. A gente juntou resoluções de outras defensorias do estado...

**RENATA:**

Tem outras Defensorias que tem Ação Afirmativa?

**XXXX:**

Tem. Se eu não engano, são cinco Defensorias? São cinco ou são mais Defensorias...

**RENATA:**

Você sabe de que Estados?

**XXXX:**

Deixa eu ver… No relatório…

Ah, o Conselho de ... também teve.

Rio de Janeiro, São Paulo, Mato Grosso, Bahia...

**RENATA:**

E eles mandaram pareceres?

**XXXX:**

A gente tem parecer da Conectas, que ele foi quem fez o parecer para a Defensoria de São Paulo, para a abrir a implementação de cotas na defensoria de São Paulo. E no Rio de Janeiro. Aí a gente tem, eles encaminharam para a gente, a mesma cópia do parecer, que foi um processo da Defensoria de São Paulo e do Rio de Janeiro.

**RENATA:**

Entendi. Então, o processo está com 800 páginas e desde de junho … Aí vocês mandaram para o Conselho Superior e está desde junho lá?

**XXXX:**

Isso. Aí o relatório, o que que é o relatório? A gente sabe que se fosse para todos os Conselheiros lerem esse processo vai dar 3 mil anos ...

**RENATA:**

… e ninguém vai ler.

**XXXX:**

Então o relatório foi para sintetizar desde de o início até o final, que é a apresentação de todos os pareceres. Agora, sim, tudo foi aberto para que fossem apresentado os dois lados, entendeu? Os prós e os contras? Ninguém, ninguém, ninguém… Teve uma pessoa que se manifestou contra na Rede Social. Mas não apresentou nenhuma documentação, não foi para os espaços de diálogo, não veio para as reuniões, não foi para a audiência. Então, dentro do processo, nós não temos nenhuma fala contrária a implementação de cotas, entendeu? Apesar de ter sido aberto, publicizado de todas as maneiras, mas ninguém se manifestou contra.

**RENATA:**

E aí, isso tem sido um argumento utilizado pelo Conselho Superior ou não?

**XXXX:**

Pois é. Agora o que que acontece? Quando foi .. o relatório, aí sim, o relatório foi para sintetizar tudo isso, o que deu no máximo 60 páginas, 58 mais ou menos, 50 alguma coisa. E o relatório foi para ajudar os Conselheiros. Só que, desde no novembro, nós estamos desde junho, nós estamos em outubro e em junho um dos conselheiros pediu para não colocar em pauta porque ele precisava se apropriar, não tinha tido tempo de pegar no processo para entender melhor, porque agora é um dos Conselheiros tem a preocupação de não ser… Não ter a possibilidade jurídica de ser implementada por resolução, mas sim por lei. Entendeu?

**RENATA:**

Não.

**XXXX:**

Assim, que a resolução é a legislação de dentro da Defensoria. A Defensoria tem autonomia administrativa. A lei não. É efeito regra homem. Serve para todos os órgãos. Então, para ele, um dos Defensores levantou essa questão. Só que aí a gente apresenta em um relatório que tem outras Defensorias que foram feitas em resoluções. Aí, outros Defensores eles questionam essa questão da afeição, e defendem a cota social, com recorte sócio-econômico, entendeu? Não apenas de cor. Entendeu? Então, esse são as duas coisas mais emblemáticas que a gente ficou sabendo dos bastidores. Não é nada oficial, não foi nada oficial. Até porque o debate, a discussão dela ainda não aconteceu.

**RENATA:**

Como que funciona esse… Vai para o Conselho Superior, aí tem a reunião do Conselho Superior, e são todos os Defensores, é isso?

**XXXX:**

Não, o Conselho Superior ele tem uma composição determinada, eu não sei te dizer agora quantos mas eu posso ver. E aí eles, o que que eles fazem? É como se fosse uma plenária que coloca a pauta, para eles poderem discutir e votar.

**RENATA:**

Daí você e Johnny estariam presentes ou não?

**XXXX:**

Bom, a gente pretende estar presente quando for a votação.

**RENATA:**

Mas é aberta ou não?

**XXXX:**

Normalmente é aberto. Deixa eu só ver Defensorias quantas são...

**RENATA:**

E desde junho até aqui só teve uma reunião?

**XXXX:**

No Conselho… Salvo engano é de 15 em 15 dias sempre.

**RENATA:**

E nunca foi colocado em pauta?

**XXXX:**

Ainda não.

**RENATA:**

Por que que você acha que nunca foi colocado em pauta?

**XXXX:**

Olha, quando eles pediram para não colocar em pauta era porque eles ainda não tinham se apropriado ainda, não é. Estou só tentando abrir aqui…

**RENATA:**

Mas tiveram várias reuniões desde então, não é?

**XXXX:**

Olha… 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10. 10. São 10 consultas, entendeu?

**RENATA:**

E a aprovação é por maioria?

**XXXX:**

A aprovação é por maioria. Nós sabemos que tem alguns que são a favor, como também sabemos que tem alguns que são contra.

**RENATA:**

Pelo o que vocês sondam, qual seria a porcentagem?

**XXXX:**

Olha, pelo o que a gente sonda, está meio a meio. Está nessa faixa, de meio a meio. Deixa eu só ver...

**RENATA:**

A Juliana está?

**XXXX:**

Não, daqui do Núcleo não tem ninguém. Até porque nem poderia, porque foi o Núcleo que organizou todo o processo.

Deixa eu ver aqui …

[...]

Bom, eles colocam isso não é? Um é essa preocupação, no sentido de ser, poder ou não ser uma resolução. E outro se manifestou pelo recorte sócio econômico. Porque assim, as pessoas, elas não conseguem compreender muitas vezes a diferença do que é racismo institucional, não é? E o racismo institucional, ele perpassa a questão sócio econômica. Ele não pode estar preso a questão sócio econômica, porque quando tu fala de racismo institucional, tu não fala de pobre dentro da Defensoria, você fala de preto dentro da Defensoria. E aí não importa se o preto é pobre ou não. Então, o problema é esse.

Então, se você faz o teste do pescoço como eu te falei, quantos pretos você vai ver? Você vai ver, na parte da limpeza é maioria negra.

**RENATA:**

Como você vê esse racismo institucional aqui nos casos?

**XXXX:**

Aqui? Como eu vejo? A forma como alguns Defensores lidam com alguns casos. A forma como a polícia lida com alguns casos. A forma como, assim, a primeira reação das pessoas é uma negativa de que existe discriminação. Ou, se não é negativa, ela não consegue enxergar a situação ao fundo, o plano de fundo. Por exemplo, o caso da Tatiana. O plano de fundo é o racismo, mas as pessoas não conseguem perceber isso, entendeu? E se caracteriza como uma briga de vizinha, por exemplo. Essa Tatiana ela tem um problema sério com uma vizinha dela. Entendeu? A vizinha já quebrou lá um negócio, e a vizinha xinga ela, já foi no trabalho dela, já falou que ela era macumbeira e não sei o quê. Porque o que que acontece: a mãe de Tatiana é terreira, a Tatiana é filha da mãe e vai lá, e visita o terreiro da mãe, mas a Tatiana se apresenta como católica, vai para a missa e tudo mais. E ela trabalha em uma instituição Católica, não é. E essa mulher, lá da frente da casa dela, é evangélica. E fala de não sei o quê, e para pápá, então, assim. Quando eu acompanhei o caso dela, o próprio delegado ele quis caracterizar como briga de vizinhos. Mas aquilo ali não é uma briga de vizinhos à toa. Aquilo ali existe o plano de fundo que é a intolerância religiosa, que é uma forma de discriminação. E que vem dessa questão de raça porque a questão da discriminação contra as religiões afro-brasileiras é uma questão de racismo puro, sabe por quê? Por exemplo, você vê as pessoas com discriminação ao budismo no Brasil? Que é uma minoria. Você não vê. Você vê as pessoas com discriminação ao judaísmo? Que é uma minoria no Brasil. Você não vê. Você vê as pessoas com discriminação ao Islamismo, que sai matando todo mundo? Tu não vê ninguém falando que quer, que tem que morrer o islâmico. Mas, quando é um afro religioso, as pessoas colocam para fora todo o seu ódio, toda a sua raiva. Então, a intolerância religiosa é uma questão de racismo. Mas as pessoas não conseguem perceber. A sociedade não consegue perceber, entendeu? Então, é o plano de fundo. Tudo é o plano de fundo. Existe intolerância religiosa para quem? Para a religião que vem do preto. Não é para as religiões que são minorias, não é para as religiões que são pagãs. Porque, por exemplo, o budismo é uma religião pagã. Ninguém fala isso aqui no Brasil...

**RENATA:**

Às vezes, acha até legal...

**XXXX:**

Acham até bacana! Nossa, eu vou cultuar a mim mesmo, mas o outro que cultua a natureza é o cão! Então, por exemplo, o sentimento, como as pessoas diabolizam inclusive as coisas. Então, por exemplo, a questão da… Eu sou católica, eu sou cristã, entendeu, praticante, e o meu contato com a religião de matriz africana são pessoas que eu conheço, nunca frequentei, nunca fui em nenhum terreiro, por falta de oportunidade. Se um dia me convidarem, eu vou. Eu não vou é, simplesmente, sair da minha casa hoje: ah, eu vou visitar! Eu não vou fazer isso porque eu já tenho… Mas não tenho nenhum problema. Mas eu percebo muito isso. Que não se trata de uma questão de religião em si, porque se fosse, todas as religiões que são minorias no Brasil a gente ia ter aversão. E não é o que acontece. Então, quando tu trata de cotas, é isso. As pessoas, como a Zélia Amador fala, o negro tem um lugar na sociedade, mas não é o lugar onde o branco está. Então, tudo vai ser, o processo vai ser mais demorado, as pessoas vão precisar de mais tempo para analisar, para refletir. Está aí, o processo das cotas, está dado. Já foi analisada a constitucionalidade, já tem, no mínimo, quatro defensorias públicas de Estado que já tem, já tem lei federal que coloca. Então, me diz, qual é o aspecto político para negar ou não uma política afirmativa? Porque uma pessoa que pensa que uma política afirmativa é só para fazer uma pessoa, o preto, se dar bem, é porque ela não conhece a realidade do próprio Brasil. Porque se ela conhecesse, ela seria incapaz de falar uma coisa dessas. Entendeu? Porque todos os dados, o mapa da violência, tudo converge para mostrar que é necessário fazer uma política. Até a própria ONU fez em 2008 um relatório e falou que o mito da democracia racial no Brasil não existe. O preto tem um lugar, aquele lugar longe do privilégio de quem em os seus. O branco… então, volto a dizer aquela coisa: sempre essa questão de que, se fosse outra coisa, eu acho que já teria saído. Porque o que se tem hoje, para o Conselho, para se fazer hoje dentro da Defensoria Pública, com relação a proposta da implementação de cotas, é só a votação. Não falta mais nada.

**RENATA:**

E vocês tentaram colocar em pauta mais alguma outra vez depois de junho?

**XXXX:**

É porque isso é autonomia do Conselho. Quando coloca ou não em pauta. A gente entrega para o conselho, e aí o Conselho...

**RENATA:**

Ah, você não pode pedir?

**XXXX:**

Olha, eu acredito que pedir a gente não possa.

**RENATA:**

Então, vocês não podem fazer mais nada?

**XXXX:**

Bom, eu não posso te garantir com propriedade se a gente pode ou não fazer alguma coisa. Quem poderia te informar isso de fato seria o Dr Johnny, porque eu não tenho propriedade de todo o regimento interno do Conselho. Sò poderia te dizer se a gente pode ou não fazer alguma coisa se eu tivesse propriedade absoluta do regimento.

**RENATA:**

Porque às vezes pode ficar lá mais dois anos..

**XXXX:**

… como ficou. Entendeu? Agora, assim, eu penso que tem algumas coisas que só pressão social não é? Só uma manifestação..

**RENATA:**

E está rolando?

**XXXX:**

Ainda não.

**RENATA:**

Até porque, todo esse processo de audiência gerou uma demanda, não é?

**XXXX:**

Gerou uma demanda.

**RENATA:**

Gera uma ansiedade pela resposta…

**XXXX:**

Pois é. Muitos perguntam e tudo mais. No dia 19, que era para entrar em pauta, não é, algumas pessoas vieram. Mas, não teve manifestação. Mas eu acho...

**RENATA:**

Porque que não teve?

**XXXX:**

Porque um dos Defensores pediu para se apropriar. Não teve tempo para ler, se apropriar direitinho.

**RENATA:**

Ah, isso foi agora recentemente...

**XXXX:**

Em junho. 19 de junho. Era para ter entrado em pauta. Foi entregue para eles no dia 10 e, realmente, o tempo era pouco quando isso aconteceu. Era para ser dia 19 de julho.

**RENATA:**

é, 9 dias… Mas, aí,até então...

**XXXX:**

Até então não teve. E aí, tudo isso é autonomia do Conselho.

**RENATA:**

Vocês conhecem a posição do presidente do Conselho?

**XXXX:**

O presidente do Conselho é a Defensora Geral. A defensora Geral é, eu acredito, que ela é favorável. Tanto é que, foi concomitante, não é? A gestão da Dra Juliana com a gestão da nova Defensora. Então, assim, aconteceram concomitantemente. Então existe aí uma convergência de idéias e pensamentos.

**RENATA:**

E ela não pode colocar em pauta isso?

**XXXX:**

Eu não sei como é que funciona essa parte burocrática de quem é que coloca o que dentro do Conselho. Mas, olha, até uma provocação. Eu vou buscar me apropriar disso. Entendeu? Isso vai ser interessante. Isso que você está me colocando. Me acendeu uma luzinha aqui, informações que a gente tem que buscar.

Mas, não. Eu não sei te falar. Ela é a presidente porque ela é a defensora geral, mas… Eu imagino que não passa por ela essa questão da pauta, não. Mas eu vou me apropriar do regimento interno do Conselho Superior. É isso.

Assim, a gente mandou.. Todas essas pessoas que eu falei, a gente mandou cartas , todas as Instituições a gente faz carta. Entendeu? Nas cartas fazendo convite, mas também pedindo a questão da manifestação. Ou seja, hoje, não tem mais nada, nenhum entrave administrativo. Hoje, a questão é política.

**RENATA:**

E os outros projetos, os outros processos que chegam ao Conselho são aprovados, são colocados em pauta com mais… mais rápido, assim? Ou esse tempo costuma demorar mesmo?

**XXXX:**

Não tenho propriedade para te informar. Não tenho propriedade.

**RENATA:**

Mas você acha que é político, não é? Não colocar em pauta.

**XXXX:**

Eu acho que é uma questão política, eu acho que é uma questão política. Porque quando se trata disso, sempre se esbarra nisso, não é? A Política de Cota Afirmativa, por exemplo, para ela vir ser discutida no STF, ela já acontecia… Olha, em 1968 teve uma política afirmativa. Lógico que pontual. Mas desde 1968 que tem indicativos de política de Cotas no Brasil. Quando isso tomou uma proporção, o debate grande, é que as pessoas: peraí, perái que esse negócio está ficando bagunçado. Então, em 98, 99, 2000, 2001. Em quase, assim, em vários órgãos que a gente nunca imaginou, por exemplo o Incra, a Funai, e vários outros, o próprio Tribunal de Justiça. Em 2001 ou 2002, por exemplo, estabeleceu uma cota de negros para entrar. Então, quer dizer, provavelmente os juízes negros que existem hoje, foi uma política que aconteceu no ano de 2000. Ainda tem isso!

**RENATA:**

Você já acompanhava esses debates, esses movimentos ou … ?

**XXXX:**

Não, não. Eu acompanhava muito superficialmente. Eu sou cotista, não é? Eu entrei na Universidade Federal do Pará, para cursar Ciências Sociais, pelas cotas. E aí, depois eu ganhei a bolsa Integral pelo Prouni pelas Cotas. Então, assim, eu já tinha me apropriado do debate mas não de uma forma tão aprofundada, ou jurídica, podemos dizer assim, como eu tenho hoje. Mas eu já, eu sempre tive consciência. Eu fui obrigada a ter consciência disso, não é? Eu fui obrigada a ter consciência disso, então, para mim sempre foi um assunto, não é Mayara? Ela estudou comigo, nos primeiros semestres, então ela a...

**RENATA:**

De Direito?

**XXXX:**

Dos primeiros semestres de Direito, e eu já era meio polêmica com relação a essas questões de raça. Lá em 2013.

**MULHER:**

Inclusive, ela até aprendeu comigo, que o meu, tu lembras disso?

**XXXX:**

Lembro.

**MAYARA:**

Que o meu trabalho foi exatamente sobre racismo. Só que era eu, mais duas moças, todas brancas. Aí ela perguntou por que que a gente estava fazendo aquilo se a gente não era negra. E a gente disse que a gente se, como é que se diz, a gente se colocava no lugar dele. Até porque eu tinha um namorado, na época, negro. E eu passava por preconceito juntamente com ele. Porque a pior coisa é você ver uma pessoa que você tem afeição, que você tem amor por aquela pessoa, passando por uma injúria racial, entendeu? E eu disse que eu tinha muitas afeições pelos negros. Inclusive, eu sou branca mas eu tenho o sangue negro, que eu falo sempre. Então, eu tenho muita afeição, assim, pelos negros. Eu falo que eu acho que isso é uma batalha não só dos negros, isso é uma batalha de nós brancos também. Porque a gente tem a culpa nisso, não é? Tem na nossa história. Porque nós, os nossos antepassados foram os culpados dos negros estarem, muitas vezes, em uma situação que é desumana, desagradável. Porque quando eles aboliram a lei, não é, da libertação dos escravos, muitos escravos não tinham para onde ir. Então eles ficaram, muitos se tornaram mendigos. E muitos deles optaram por permanecer escravos porque eles não tinham para onde ir. Pelo menos, nas fazendas, não é, nas lavouras eles tinham a opção de comer e de dormir, que isso eles não tinham essa opção na rua. Não é? Então isso é uma história também do povo branco, porque a gente tem a nossa culpa e a gente tem que apoiar, assim, também, não é?

**XXXX:**

É, assim, hoje eu vejo que é… o branco de hoje ele não é responsável pelo que aconteceu, assim como o negro nunca foi responsável, não é, nem os de hoje nem os de antes. Mas tanto o branco, quanto o negro, quanto o amarelo, quanto o azul são responsáveis pelo que possa vir acontecer. Então eu acho que, ao mesmo tempo que o negro tem que ter consciência da sua negritude , e das consequências disso, o Branco também tem que se autoafirmar como branco, e discutir a sociedade como branco que ele é.  
**RENATA:**

O branco não é invisível, não é?

**XXXX:**

Não. O branco não é invisível. E a melhor coisa que a gente tem é quando a gente tem uma pessoa branca, que reconhece que é branca, reconhece seus privilégios, mas também se coloca à disposição da mudança da realidade. Entendeu? Não uma forma como concessão. Porque tem branco que acha que ele está concedendo, fazendo uma concessão aqui, não é. Ele não reconhece o direito do negro. Eles está fazendo… não nesse sentido da concessão. Embora, essa é a sensação, o sentimento que a gente sente no dia a dia aqui. Quando a gente consegue avançar em alguma coisa, não é, parece que nos está sendo concedido. Não é um direito, não é? Mas é mais ou menos isso, entendeu? Então a gente sabe que tudo vai se esbarrar com a questão… a questão política. Por exemplo, eu acho que não tem um negro no Conselho. Dos que eu conheço, dos que eu já vi, nenhum é negro. Dos que eu já vi, dos que eu já vi, eu já pelo menos, deixa eu ver aqui a composição… do Conselho Superior…

A Jennifer: branca, branca, branca. Vladimir: Branco, branco, branco, é tudo branco. Branco, branco… O Marco Aurélio é branco. Walter é branco. O Walter poderia passar por um pardo, mas eu tenho certeza que ele não se vê como pardo, ele se vê como branco. É branco. Então, só que eu… Walter, Marco Aurélio, Vladimir, Jennifer e Maria Cristina. Que eu sei, são só brancos. E eu tenho certeza que não tem um negro no Conselho. Para mim, isso não é um problema, o fato de não ter negro isso é um reflexo…

**RENATA:**

Você acha que você estar envolvida no processo de Audiência Pública, nessas Interlocuções da Defensoria Pública para preparar os processos, você acha que esteve, fez alguma diferença?

**XXXX:**

Fez. Fez. Porque o negro, tem uma coisa que é interessante. Você passa na rua, você nunca viu, você como negra, você nunca viu aquela pessoa, mas ela tem a identidade dela. Auto… é, quando você se auto afirma, o outro te reconhece, como um seu. Então é muito comum deu estar na rua, por exemplo, encontrar alguém que se auto afirma como eu, e um sorri para o outro porque tem uma relação de intimidade. Entendu? O fato deu ser negra, e deu ter participado disso, eu sei que foi a ponte, porque Dr Johnny e a Dra Juliana, por melhor intencionados que eles são, eles não teriam tanta capilaridade, tanta facilidade para acessar os movimentos sociais como eu tive, entendeu? Porque o primeiro passo é a identificação. Tu olhar, entrar, dialogar...

**RENATA:**

Como aconteceu no caso da Elisângela...

**XXXX:**

Como aconteceu no caso da Elisângela. Então, eu não tive nenhuma dificuldade. Até hoje eu tenho, mantenho muitos contatos, tenho muitos contatos,e a gente se ajuda e tudo mais. Mas eu sei que essa questão de eu me identificar enquanto negra foi que contribuiu. O Dr. Johnny e a Dra Juliana não conseguiriam. Então teve eventos, eu já fui em vários eventos, inclusive, representando a Defensoria. Porque o Dr. Johnny e Dra. Juliana não se sentiriam à vontade no espaço ali. É aquela coisa: eu não tenho espaço de fala, eu não tenho propriedade de fala, eu não tenho legitimidade de fala, então vai lá XXXX porque… Então, eu até já representei a Defensoria em alguns eventos por conta disso, entendeu?  
Isso eu tenho certeza. Absoluta. De que se fosse alguém que não fosse negro que estivesse nessa interlocução, que não teria tido o êxito que teve. Não vou dizer que não aconteceria, porque seria muita pretensão da minha parte.

**RENATA:**

E como, quando que você decidiu fazer o TCC sobre esse processo?

**XXXX:**

No meio do processo, porque eu queria deixar registrado que iria acontecer. Entendeu? E a questão é essa, está tudo pronto, eu não concluí ele ainda, estou esperando que até o mês que vem eu conclua o TCC. Já esperei muito para ver se saía um resultado, mas o meu TCC vai denunciar essa questão, entendeu? Que é esse aspecto que todo o processo administrativo que deveria ser feito, foi feito. E o que esbarrou foi no processo político, como em todas as políticas afirmativas que acontecem quando se trata de eliminação. Entendeu? É aonde mais demora… Entendeu?

**RENATA:**

É, tomara que caminhe logo.

**XXXX:**

Amém!

**RENATA:**

Mais alguma coisa que você queira falar sobre esse processo?

**XXXX:**

A proposta. É 5% para índio. 5% para quilombola. E 5% para negro.

**RENATA:**

5% para negro?

**XXXX:**

10% para negro. Mas, a gente acha que a do quilombola vai ser tirada. Porque essa é outra questão. entendeu? Quando as pessoas enxergam o negro, elas enxergam o quilombola negro, então não tem porque ter uma cota específica para quilombola.

**RENATA:**

E por que 10% para negro se nos outros casos, em geral, são 20%? Ou … em proporção semelhante à proporção do Estado?

**XXXX:**

Pois é, o que que acontece. A proposta foi pensada no entrave político. Se fosse colocar, por exemplo, 20% para negro, 5% para índio, mais 5% para quilombola, provavelmente, a questão não passaria. Seria muito mais fácil tentar um quantitativo menor agora, e depois, futuramente, com novas resoluções conseguir aumentar. Do que uma proposta mais radical inicialmente. Mas, por exemplo, a SDDH apresentou um parecer é.. apresentando a cota de 50%, que é o quantitativo de negro no Pará.

**RENATA:**

50%?

**XXXX:**

50%. Entendeu? Mas a gente tem certeza de que quando os Conselheiros lerem essa proposta, eles vão sorrir. “*Nunca que eu vou dar 50% para negro*”, entendeu? Infelizmente. Então, às vezes, são questões que...

**RENATA:**

E 10% já tem em algum lugar? Ou… Porque eu nunca vi de 10%, sempre que eu vejo é de 20%.

**XXXX:**

Pois é. Nesses aqui tem, oh, deixa eu te mostrar…

Na Defensoria Pública do Rio de Janeiro e de São Paulo é 25%.... 25% das cotas com reserva para indígena. Mas agora eu não sei, e não lembro… espera aí.

**RENATA:**

Deve ser 20 e 5.

**XXXX:**

É, isso. No Mato Grosso do Sul, é 5% para deficiente, 3% para indígenas e 10% para negros.

**RENATA:**

10% para negros… E para deficiente vocês colocaram ou não?

**XXXX:**

Para deficiente já existe lei. E… já existe lei Federal e Estadual. E como é… A única convenção, não sei se você já ouviu falar, da Força de Poder das Convenções de Direitos Humanos. O único tratado que tem força Constitucional, pelo crime constitucional… O único que tem força constitucional é o decreto para deficientes. Na linha dos direitos humanos, entendeu? Então a gente tem o estatuto da Igualdade Racial que é imperativo, não tem nenhum… É tipo assim: “*política, façam políticas, façam políticas!*”. Mas não determina nada. Entendeu? Não é imperativa igual ao estatuto da igualdade, estatuto do idoso. Ai, estatuto da pessoa com deficiência que é imperativo. Tem que ter quantas vagas? Tem que ter vaga… Ter que ter não sei o quê. Porque é imperativo. No caso do estatuto da Igualdade Racial, é o único estatuto do Brasil que não têm força imperativa, porque será, não é? Então a gente… Eu sei que é um tratamento diferenciado sempre, entendeu? Então, é isso… tem. Deixa eu ver aqui, e na Bahia é 30%.

**RENATA:**

E no processo vocês sugerem...

**XXXX:**

[conversa com outra pessoa]

**RENATA:**

No processo é auto declaração ou… que vocês estão sugerindo?

**XXXX:**

Não.

O processo de aferição.. é, o que é adotado hoje, não é? Porque assim, o conceito de auto declaração é você se auto identificar e a sociedade te reconhecer, ok? Então, o que é utilizado hoje como aferição é a sua auto identificação e uma comissão de aferição, não é? Que é o que está sendo colocado. Que ainda é outro ponto muito polêmico, também. Muito bem lembrado. Lá no Conselho Superior. É um ponto polêmico essa questão de aferição. Como é que isso vai ser feito. Eu, XXXX, particularmente, eu concordo com a autodeclaração e passar por esse processo de aferição, entendeu? Pelo processo de … E eu ainda acho que o processo de aferição deveria vir antes mesmo do resultado, entendeu? Do resultado de classificação. Porque já teve uma série de situações que aconteceu, assim, até a pessoa preencher a vaga, comprovação, aí a pessoa ..

**RENATA:**

Entra com vários recursos...

**XXXX:**

Entra com vários recursos, e é aquela confusão. Então eu penso, eu XXXX, que essa aferição deveria ser feita antes da classificação. Entendeu? Porque depois que a pessoa se classifica, e é aprovada, e tudo mais, aí o problema jurídico é muito maior. É muito maior. Entendeu? E a pessoa vai lutar até o fim. Depois que ela for aprovada, ela está classificada, ela vai procurar até a última instância. Quando você já não é classificado, não é aprovado, fica muito mais difícil, inclusive, para você acionar. Então, eu acho que essa é uma fragilidade que acontece em alguns concursos públicos que têm cota. EU acho que isso é uma fragilidade deixar para… Não estou dizendo que primeiro… Eu acho que faz a prova, e no intertício do resultado...

**RENATA:**

Faz o processo.

**XXXX:**

Faz o processo. Entendeu? Embora eu compreenda que é muito mais rápido fazer depois.

**RENATA:**

Tem menos candidatos...

**XXXX:**

Tem menos candidatos, mas em alguns casos que eu venho acompanhando...

**RENATA:**

Mas às vezes tem várias fases, não é? Então dá para você fazer da segunda para a terceira.. Daí já tem bem menos e aí..

**XXXX:**

Ou se a aferição fosse uma das fases… Vamos supor, a última fase antes da classificação final. Mas eu não concordo em sair a classificação antes da aferição. Porque tu já está garantindo um direito para a pessoa. Entendeu? E aí, ainda é muito polêmico esse debate no Brasil sobre aferição, sobre fenótipo, sobre sangue. É muito polêmico, não é? Então, as pessoas querem… Teses dos Estados Unidos. E aí, o juiz vai decidir o quê? Porque se ele for decidir uma tese, a partir do Direito Americano, o que que vai acontecer? Ah, a nossa amiga aqui vai assumir a vaga! Entendeu? Então, assim, é muito complicado essa questão da aferição eu acho que ela deveria ser uma etapa do processo, entendeu?

Agora eu vi que tem um concurso que está pedindo foto. Eu não sei se está relacionado. Mas está pedindo foto, eu achei interessante. Eu acho que isso intimida viu? Eu acho que isso intimida. E, na foto, você não pode usar turbante, não pode usar nada. Tu tem que ter um fundo branco, a tua cara, uma camisa simples, como se tu fosse tirar foto de identidade. Intimida mais ainda. Porque a pessoa.. Eu fico imaginando que a pessoa que vai passar pela aferição, ela vai se afrodescender até a alma.

**RENATA:**

Tem algumas pessoas que fazem até bronzeamento artificial.

**XXXX:**

É, eu vou precisar fazer um dia.

**RENATA:**

[risos] Está certo. Quanta coisa, hein XXXX?

**Parte 2**

**RENATA**

Voltando. Então, o caso da Elisângela…

**XXXX**

Pois é, a Elisângela, quando ela chegou, não é.….Primeiro que ela é linda, não é. Ela não passa despercebida em nenhum lugar. Ela tem um crespo maravilhoso e ela usa muito turbante. Quando ela chegou, ela foi atendida pelo Dr. Jhonny e foi encaminhada para poder ser reduzida a termo a declaração dela. E ela chegou lá porque ela queria mudar a cor na certidão de nascimento dela. Porque ela falou que passou por um processo de embranquecimento e ela se descobriu como negra e ela queria que isso tivesse claro na certidão de nascimento dela, porque isso fazia parte da identidade dela e tudo mais. Quando o Dr. Jhony encaminhou ela para a sala onde tinham 2 estagiárias, no caso eu e a Isabela, eu já estava fazendo algum outro tipo de atendimento que eu não me recordo. Mas era um caso que me interessava, porque essa questão da negritude, do ser negro, não tem como ignorar, quando se trata disso você sempre acaba se interessando. Então eu estava fazendo o que tinham me passado, mas eu estava prestando atenção em como minha colega estava lidando com a Elisângela. E aí a Elisângela comentando, falando da vida dela, como foi esse processo de embranquecimento, de como ela se sentia...E no processo de reduzir a termo, a gente tem que relatar o que a pessoa fala, mas a gente também tem que fazer determinadas provocações para se entender melhor a proporção do dano, daquilo que a pessoa está sofrendo, para conseguir abstrair melhor tudo que envolve essa decisão de mudança de cor. E minha colega, minha amiga, é uma pessoa maravilhosa, mas ela é branca, então ela nunca sentiu isso. Então ela estava tendo dificuldade de fazer perguntas, de acessar….E ai a Elisângela percebeu isso e aí ela parou. Quando chegou no meio do termo, ela já estava há uns 40 minutos, ela olhou e falou “*eu posso escolher quem vai declarar meu termo? Porque você nunca vai entender o que é ser negro, o que é se identificar, o que é se descobrir e querer se afirmar*”. Ai a Isabela falou com o Dr. Jhony e ele falou que achava que podia acontecer alguma coisa, não é? Não que ele tivesse feito de propósito, mas ele já imaginava que isso poderia acontecer. Ai eu substitui minha colega para a gente concluir o termo da Elisângela. Então essa distância do que é ser negro na sociedade, é muito grande. É interessante que a pessoa não consegue nem fazer perguntas provocativas.

**RENATA**

e a isabela?

**XXXX**

Ela entendeu numa boa, ela é muito tranquila. E ela entendeu numa boa que de fato ela não estava conseguindo, porque ela nunca teve esse papel…

**RENATA**

Então a Elisângela chegou, vocês fizeram o termo. Isso foi quando?

**XXXX**

Isso foi ano passado. Acho que setembro, outubro, mais ou menos por aí.

**RENATA**

Ai vocês fizeram o termo e aí?

**XXXX**

Ai a gente fez o termo e foi encaminhado para o Dr. Jhony dar entrada na ação. O primeiro parecer do Ministério Público foi negativo, alegando que posteriormente ao nascimento dela foi criada uma lei, e de fato essa lei existe, que aboliu, suprimiu a questão da cor. Como na época em que essa lei foi aprovada, a partir do pseudo, do falso entendimento que você vai acabar com o racismo se você não identifica. Então não vamos mais colocar *negro* pra pessoa não ser discriminada. Não vamos colocar *preto*, não vamos colocar...Vamos colocar agora que todo mundo é pardo, porque aí... Na verdade não, perdão, agora não se coloca cor. Um dos fundamentos da lei era não colocar mais cor para a pessoa não sofrer discriminação. Então ele alegou que não poderia fazer isso [alterar a cor no registro] por conta disso. O que ele poderia fazer era suprimir. Aí ela ficou muito triste quando soube da notícia. Ela sentiu que ela não pode se auto determinar. Ao meu ver, eu XXXX, a meu ver é até contraditório, num Estado democrático em que você discute pluralismo a pessoa não poder se auto-afirmar enquanto pertencimento desse pluralismo e você acaba se vendo engessado ou prejudicado, porque hoje ela não suporta olhar a certidão de nascimento dela e estar escrito branco. Mas ela também não concorda em tirar o branco e não aparecer nada. Então o branco pode ficar, mas a cor preta não pode aparecer de jeito nenhum, ela faz esse questionamento. A decisão judicial por enquanto é essa. A decisão, não, a manifestação do MP.

**RENATA**

Então, aqui dentro da defensoria, os responsáveis pelo caso passaram a ser você e o Jhony?

**XXXX**

Isso

**RENATA**

E qual argumento que ela utiliza?

**XXXX**

Argumento?

**RENATA**

É, pra mudar.

**XXXX**

O argumento dela foi...ela quer ser uma pessoa que se auto-afirme de forma plena. Então quando ela olha a certidão de nascimento dela e ela vê a cor branca, ela se sente como aquilo que foi imposto pra ela. Ela mesma reconhece que a questão da branquitude foi imposta pra ela, desde pequena. O cabelo dela é crespo nível 4. Ela só usava amarrado, trançado, e uma série de coisas que faziam ela achar, ainda que, inconscientemente, que ela era branca. E quando ela descobriu que ela não era branca, incomoda muito ela olhar a certidão de nascimento dela e estar branca porque não representa como ela se auto-afirma socialmente.

**RENATA**

Então o Ministério Público falou que não podia alterar porque as novas certidões já não trazem isso. Eles usaram mais algum argumento?

**XXXX**

Isso. O que eles falaram é que o que eles poderiam fazer era retirar. O argumento foi só esse.

**RENATA**

E a defensoria, vocês fizeram o que?

**XXXX**

Olha, eu posso dar uma olhada, porque eu não lembro mais o último passo do processo. Mas isso eu posso olhar e te informar depois, na terça-feira.

**RENATA**

Mas vocês recorreram?

**XXXX**

Olha, como é só a manifestação do parecer, ainda não é momento de recorrer. A gente só recorre quando o Juiz decide alguma coisa. Essa é a manifestação do Ministério Público.

**RENATA**

Entendi. Depois disso, qual seriam os encaminhamentos?

**XXXX**

Depois da manifestação do Ministério Público, eu não lembro...Na verdade, eu tinha que ter dado uma olhada no processo para depois a gente conversar, para eu saber...se já está todo pronto pro magistrado só julgar. Depois da petição inicial, ele pediu uma documentação e pediu pro Ministério Público se manifestar. A gente encaminhou a documentação que faltava e o Ministério Público se manifestou. Então agora, provavelmente, eu não sei se ele vai marcar alguma audiência. Porque normalmente é assim que acontece: o Ministério Público se manifesta, ele marca a audiência, faz a audiência e depois dela o magistrado decide. Mas eu não sei como te dizer agora, porque hoje eu não olhei o processo para acompanhar, mas eu posso fazer isso terça-feira.

**RENATA**

E o parecer do Ministério Público demorou quanto tempo?

**XXXX**

Demorou acho que uns 4 meses…

**RENATA**

Esse é o tempo médio?

**XXXX**

É, é o tempo médio. Se tratando da matéria, que não é uma matéria de urgência, é o tempo médio.

**RENATA**

Então você falou que ela chegou aqui no final do ano passado e esse parecer saiu no início do ano, certo? E desde lá então ainda não teve nenhuma audiência…

**XXXX**

Pois é, eu deveria ter olhado pra conversar contigo. Deixa eu ver se tem algum indicativo aqui (...)

**RENATA**

E como a Defensoria como um todo vê esses casos, para além do núcleo?

**XXXX**

Olha, para além do núcleo, eu te confesso que eu acho que não é um assunto muito discutido. Embora já tenha um grupo de estudos dentro da Defensoria que pauta isso, mas não é um assunto que é abordado, que é discutido, porque na verdade a discussão sobre o racismo...Ele não é um assunto natural, não é? Ele é muito provocativo, e aqui a gente identifica que é um espaço que o racismo institucional persiste. Só fazer o teste do pescoço, levantar a cabeça e olhar o departamento que você vai identificar. Então não é um debate simples, não é? Mas isso, infelizmente, não é só aqui. É em todos os lugares em que o negro é minoria, porque a gente sabe que o racismo é estrutural. Agora assim, depois dessa nova gestão, a Defensoria Pública como um todo, institucionalmente falando e nuclearmente falando, ela teve um papel mais presente junto aos movimentos sociais...por exemplo, teve a campanha dos 75 dias de ativismo, em que a Defensoria promoveu cines debates, fez atendimentos na comunidade, em uma instituição que é o CEDEMPA, que é o Centro de Defesa e Estudos dos Negros e Negras do Pará, foi fazer atendimento lá, pro seguimento. Encaminhou, fez encaminhamento de demandas, reuniu várias vezes com os movimentos sociais para propor, para se colocar à disposição, também, entendeu, e se aproximou mais do movimento social. Isso acaba dando uma visibilidade e mudando um pouco também essa visão institucional nessa preocupação. Porque mesmo que o debate do racismo seja um debate a ser provocado, ele não é natural, mas quando você vê a instituição, a instituição Defensoria Pública do estado presente, presente nos espaços onde as pessoas estão discutindo isso, e isso toma uma visibilidade maior, internamente isso começa a surtir algum tipo de efeito. Então, nesse ponto, quando você fala no contexto geral, o fato da Defensoria Pública ter feito a audiência pública ano passado, em setembro, para discutir a implementação de políticas de cotas, e a parceria, o apoio, perdão, junto com a campanha de ativismo, eu acho que trouxe um pouco, ou tirou no mínimo os servidores, estagiários e defensores da zona de conforto de não pensar, nã discutir sobre o assunto (...)

**RENATA**

A Elisângela vem aqui semana que vem?

**XXXX**

Sim

**RENATA**

E ela vem fazer o que?

**XXXX**

Ela vem acompanhar o processo. Normalmente quando as pessoas entram com algum tipo de ação elas vêm periodicamente acompanhar o processo, saber como é que está...

**RENATA**

Entendi. E como vocês argumentaram que ela não era branca? Que que vocês utilizaram para argumentar? Fotos, registros de família? Alguma coisa assim?

**XXXX**

Foi também. Fotos e registro de família foram a prova documental. Mas essa questão de raça, de cor, a gente também trouxe doutrina, a gente trouxe a autodeclaração, mas o termo dela também é uma prova constitutiva de…

**RENATA**

O termo?

**XXXX**

O termo é a declaração dela, do que ela expôs pra gente...e fotos. Inclusive acho que tem aqui. Olha, as fotos dela estão aqui, você quer ver? Peraí…

**RENATA**

Você acha que esse processo que ela está fazendo é também para acessar alguma política?

**XXXX**

Eu acredito, sinceramente, que é uma questão de autodeterminação. Porque eu acho que pra ela….primeiro que para vc acessar uma política de cota, você não precisa ter na sua certidão de nascimento essa declaração. Segundo que a maioria hoje dessas políticas, elas têm uma equipe de...uma comissão de aferição. E ela não tem como não passar...Embora o tom de pele dela seja claro, mas os traços físicos, o cabelo, o pai dela…

**RENATA**

E ela tem alguma hipótese de porque ela foi registrada como branca?

**XXXX**

Por conta que, era bebezinha, era branquinha, a mãe dela é clara...e aí é aquela coisa: quem é que queria registrar seu filho como negro?

**RENATA**

Essa é ela?

**XXXX**

Ai essa foto é de quando ela não se aceitava, porque ela passou por esse processo…

**RENATA**

Mudou muito, não é?

**XXXX**

É. Esse processo de transição dela…

**RENATA**

Mudou demais...ela marca algum período, alguma coisa que tenha sido essencial nesse processo dela?

**XXXX**

Eu acho que ela marca…

**RENATA**

O que que foi?

**XXXX**

É….quando ela entrou na....ela é professora e ela entrou na Secretaria do Estado da educação. E lá ela começou a ter contato com a Maria Luiza, que é do CEDEMPA, que é militante, que é negra...e a partir dessa relação, ela começou a se descobrir. Hoje, ela está com o cabelo bem curtinho, porque depois disso ela descobriu um câncer. Então ela está em tratamento. Um câncer de mama… Então você pode ver que o que ela tem é um tom de pele mais claro, mas todos os traços do rosto, o cabelo, tudo...é afro.

Então, assim, eu não acredito que seja para acessar política pública, porque só uma pessoa que….para negar um direito em relação a questão de cor/raça para ela, só se a pessoa não tiver propriedade do que ela está fazendo. Por exemplo, eu, como uma servidora municipal, do estado, não tenho propriedade sobre os elementos de raça, como se dá essa aferição, e eu acabo julgando de forma subjetiva, entendeu…”*ai esse aqui eu vou dar, esse aqui eu não vou da*r”, ai sim. Mas eu não acredito que seja o caso dela. Ela já é uma pessoa graduada, ela é uma pessoa que tem um trabalho...Eu imagino que ela pleteie um concurso, mas ainda assim no concurso ela não precisa da certidão de nascimento.

**RENATA**

É mais pra se ver ali mesmo, para marcar...

**XXXX**

Isso.

**RENATA**

E você acha que o parecer do Ministério Público...que que vc acha desse parecer, para além do “*é verdade*”…

**XXXX**

Eu acho que é um parecer … embora o Ministério Público seja o fiscal da lei, como ele coloca, é um parecer extremamente legalista, onde ele ignora completamente o aspecto subjetivo da pessoa, da situação. Porque o que move o desejo dela mudar o termo não é nada objetivo, entendeu? Mas ele usa elementos subjetivos para negar, entendeu? Então o que ele fere é a autodeterminação...para mim o parecer fere a auto-determinação, fere o direito ao pluralismo a partir da justificativa da legalidade, entendeu? É mais ou menos aquela história: para o que eu quero, eu uso a lei; para o que eu não quero, eu uso a força da lei… Entendeu?

**RENATA**

Entendi. É bem difícil, não é?

**XXXX**

É aquela coisa, não é...nós temos regras, mas a gente também tem princípios, entendeu? E, se ele quisesse dar um parecer diferente,...ele se apegou tanto às regras... que são as leis federais, por exemplo, essa é uma lei federal que suprime a cor na certidão, mas tanto as leis, como os princípios são normas. Você pode se pautar por uma, ou por outra, ou pelas duas juntas. Então se ele fosse uma pessoa mais garantista, digamos assim, ele poderia ter utilizado os princípios para dar um parecer favorável à mudança, entendeu?

**RENATA**

Sim. Você acha que tem...você falou que a mãe da Elisângela é mais clara...ela é branca? Você acha que tem a ver com mestiçagem?

**XXXX**

sim, sim,. eu acho que tem a ver...aqui a mãe dela...

**RENATA**

Como você lê isso? A mestiçagem...

**XXXX**

A mãe dela tem uma influência branca muito forte, não é? Mas o pai dela...é negro

**RENATA**

Apesar de ter uma mãe branca, ela é negra…

**XXXX**

É, e você pode olhar aqui, a única coisa que ela tem do fenótipo da mãe dela é só o tom de pele um pouco mais claro, mas os traços...Só dá para saber que é mãe dela porque você fala que é mãe dela. Eu e minha mãe...se você ver eu e minha mãe, você ia ter certeza que minha mãe é minha mãe…

**RENATA**

E o Ministério Público mencionou isso em algum momento no parecer?

**XXXX**

Sobre a mestiçagem? Não, porque ele não considerou nenhum tipo de aspecto subjetivo, que fosse relacionado…

**RENATA**

Ele deu uma resposta totalmente técnica

**XXXX**

Totalmente legalista, não vou nem dizer técnica, porque qualquer argumento que ele apresentasse seria técnico. Agora, ele foi extremamente legalista, ele só se pautou na normativa e pronto.

**RENATA**

E vocês têm alguma estratégia de contra-argumentação agora?

**XXXX**

Olha, eu não tenho como te responder isso agora. Assim, eu tenho na minha cabeça aqui, mas…

**RENATA**

Seria o que?

**XXXX**

É mais pessoal...eu acho que, talvez, buscar a questão do direito da autodeterminação por ela fazer parte de um segmento que é uma minoria. Então principalmente a questão da identidade...como hoje está sendo muito discutida a Convenção 169 para indígenas, que é a questão da etnia, porque os cartórios não sabem como lidar com a questão da etnia, porque etnia não é sobrenome. Então tem uma confusão muito grande, porque não tem como não tem nenhuma lei que regule a questão da etnia do índio, mas ele tem direito de se autodeterminar, de escolher o nome que ele quer...embora tenha uma lei que diz que você não pode ter nomes que te causem constrangimento, mas o indígena, por sua auto-determinação, por ser um povo, uma comunidade, um grupo...como que eu posso dizer... uma minoria e um grupo tradicional, ele tem esse direito. O negro é uma minoria, entendeu? Então eu acho que essa questão da auto-determinação e principalmente nesse processo da luta contra o racismo é importante, e o poder judiciário tem que atentar para isso também. A gente não pode simplesemente se reduzir à norma e negar os elementos subjetivos. Eu acho que já passou da fase da gente negar a diferença, entendeu? Antes se negava a diferença para tentar dizer que o racismo não existia. Mas hoje o mito da democracia racial já foi derrubado, inclusive, a própria ONU, não é….Eu acho que você precisa entender, você precisa visibilizar o problema para você tratar o problema. Se você ignora, “*ah, não existe, ah não pode*”, então você continua mantendo o negro….porque ainda hoje se declarar como negro ainda é desfavorável. Embora muitos tenham na cabeça que é favorável porque você vai ter vantagens, mas isso não é verdade. Mesmo tendo política afirmativa, tudo é uma questão de mérito. A diferença é que tu vai disputar com os seus pares e não com quem tu nao tem condições. É por isso que as políticas afirmativas estão aí. Mas muita gente acha que cota é pra a pessoa entrar sem fazer nada, é mais ou menos assim.

**RENATA**

Quais você acha que são os problemas de se autodeclarar negro hoje?

**XXXX**

O problema...o problema de se autodeclarar negro hoje é justamente talvez a tentativa de se apropriar de direito alheio, entendeu? Às vezes eu até...por exemplo, eu posso ser uma Elizângela da vida, mas eu não me identifico como negra, eu não me sinto negra, eu não quero, eu me sinto branca….Só que em determinado momento, se isso me é favorável, aí eu vou me autodeclarar. Eu acho que esse é o problema. Mas esse problema é um problema moral. Todas leis estão sujeitas à fraude. Então o problema da autodeclaração é uma crise ética e moral que a sociedade sofre, não só por isso, e as pessoas tentam. Mas eu acho que hoje a questão da comissão de avaliação diminui um pouco, mas o maior problema também é como a sociedade enxerga essa questão da autodeclaração, porque o senso comum ele acha que é simplesmente isso, abrir a boca e dizer que é negro. E aí pronto: a pessoa já tem todas as portas abertas, o emprego certo, a vaga garantida e tudo mais...Então acho que o senso comum fortalece um modelo político de não garantia de direitos, entendeu? Esse é o maior problema. Aí a gente entra naquela situação que eu falo, discutir sobre o racismo...o racismo não é um assunto socialmente abordado, ele é um assunto provocado, então...

**RENATA**

Além do parecer do Ministério Público, teve algum outro documento solicitado?

**XXXX**

Não, somente... nesse caso dela o Ministério Público foi convidado a elaborar o parecer porque a matéria de direito discutida é uma matéria de direito que exige que o Ministério Público esteja presente, entendeu? Todas as vezes que você for fazer retificação de nome, quando é adoção de criança, quando envolve criança...sempre o Ministério Público, por ser fiscal da lei, vai ser chamado a se manifestar.

**RENATA**

Então, nenhum não pediram nenhum laudo, documento...

**XXXX**

Não, no Brasil não tem a perspectiva de laudo ou documento porque a questão do racismo aqui no Brasil é diferente de nos EUA. Nos EUA tem esse aspecto biológico. Se você tiver 75% de gene branco, então você é branco, independentemente do seu tom de pele. No caso do Brasil, não é assim. A questão do Brasil é fenótipo, são suas características físicas, físicas e culturais, também. Porque eu a gente não pode negar, eu posso ter um cabelo crespo e alisar… por exemplo, se eu tiver o seu tom de pele e alisar o cabelo eu já não sou mais negra, entendeu? Até a Taís Araújo, para algumas pessoas ela não é negra....

**RENATA**

Você acha que ai tem uma questão de classe?

**XXXX**

Tem, tem uma questão de classe, sim. E tem outras pessoas, também não só ela que...Ela se auto afirma negra, mas tem pessoas que tem o mesmo tom de pele dela, ou não, mas que também não se declaram. Então o Pelé, por exemplo, ele não se declara negro, mas o tom de pele dele é mais forte que o próprio tom de pele da Taís Araújo. Mas porque o meio social que ele vive é um meio predominantemente...no futebol até que tem muito negro, mas a classe social, no fator econômico, é predominantemente branca, não é?

**RENATA**

Então você acha que assumir o cabelo marca a Elisângela…

**XXXX**

Sim, com certeza. Marca a Elisângela e na verdade toda mulher que busca se auto afirmar enquanto mulher negra, porque ainda hoje é muito forte a tentativa de prender seu cabelo. Eu sou uma pessoa privilegiada porque eu estou estagiando num órgão público. Ainda que algumas pessoas me olhem de cara torta, elas não podem solicitar que eu amarre o cabelo, que eu prenda o cabelo, que eu bote uma presilha, mas vai no setor privado para você ver...as poucas empresas que permitem que a funcionária ou funcionário possa ir com seu black. é muito forte isso no setor privado. Então a mulher negra ela continua sendo condicionada a não se auto determinar pelo aspecto econômico, pela questão da subsistência e de sua manutenção...

**RENATA**

É, tem muita luta ai..

**XXXX**

Muita...muita luta

**RENATA**

Tem mais alguma coisa que você gostaria de falar sobre o processo?

**XXXX**

Sobre o processo...depois disso eu também fiquei com vontade de colocar negra na minha certidão de nascimento, e na dos meus filhos. Mas por essa questão mesmo, de reconhecer, porque hoje….se não fosse esse do IBGE, que não é 100%, não tem outra coisa que possa quantificar...mas a certidão de nascimento, como é um documento unificado no Brasil, seria a forma mais precisa da gente realmente quantificar e acompanhar, demograficamente. Porque o IBGE não é 100%. Não é verdade que ele vai em todas as casas.

**RENATA**

Ele não contabiliza a população de rua…

**XXXX**

Também. Mas a certidão de nascimento, não, todo mundo tem…

**RENATA**

Interessante...bom, acho que é isso, não é, o processo…